

JACOBINISMO, ANTILUSITANISMO E IDENTIDADE NACIONAL NA REPÚBLICA VELHA

JOÃO JÚLIO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo iniciar uma discussão historiográfica sobre o jacobinismo e o seu projeto de construção de uma identidade nacional baseada no antilusitanismo no início da República brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade nacional – antilusitanismo – República Velha

ABSTRACT

This paper aims to start a historiographical discussion on Jacobinism and the project of building a national identity based on antilusitanism at the beginning of the Brazilian Republic.

KEYWORDS: National identity - antilusitanism - Old Republic

O diplomata português Carlos Eugênio Corrêa da Silva, Conde de Paço D'Arcos, enviou um ofício endereçado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que naquele momento era o Dr. Fernando Leite Lobo Pereira, reclamando de uma carta ameaçadora que recebera:

Exmo. Sr. Ministro – No periodo mais difficil da organização republicana em que trabalha a nação brasileira, a colonia portugueza, que á sombra das nossas leis prosperou e enriqueceu, vem no assomo da mais indigna ingratidão, enfileirar-se e engrossar o pequeno grupo de deportados que não podem sob o actual regimen cavar os ferozes appetites de riqueza e mando. Propalam por ahi que os Governos portugues e das mais monarchias europeãs são favoraveis ao movimento restaurador. A Colonia portugueza quasi exclusivamente tem acreditado e vai acoraçoando essa iniqua propaganda. Os portuguezes!! Os portuguezes, pobres e desprotegidos, abandonam a terra natal, onde a miséria ou a mediocridade os aguardava e aportando neste paiz, cujo generoso povo não lhes pergunta se são fidalgos ou plebeus, monarchistas ou republicanos, catholicos ou livre pensadores, e são acolhidos indistinctamente, ou

* Doutorando em História – PUCRS; professor substituto do Departamento de História da UFSM.

melhor, com mais benevolencia do que os outros estrangeiros, para, depois, abuzarem tão cruelmente de nossa magnanimidade?! Os portugueses que ainda ha tão pouco tempo, na questão inglesa receberam do Brasil as provas mais solenes de amizade e quasi solidariedade consentindo que se formasse um batalhão patriotico a fim de seguir para a guerra, felizmente evitada, com a Inglaterra, nação igualmente amiga?! A Inglaterra incomodou-se com o Brazil, porque colocou-se, infringindo o direito das gentes, ao lado do velho e alquebrado Portugal. Estes rasgos de generosidade não foram e nem são comprehendidos: portugueses de todas as condições fomentam ás claras ou occultamente o espirito de reacção contra o governo constituído! Pois bem, querem a luta [total] um grupo de patriotas, indignados com esses factos, deliberou responder a essa provocação organizando represalias que chegarão até o dynamite, o punhal ou o incendio as pessoas e bens dos subditos portuguezes, suspeitos de conspiradores. Nós contamos para esse fim com o apoio de todos os homens de cor, grande parte da colonia italiana que justamente odeiam essa Nação de exploradores sem entranhas. Recomeça a guerra dos mascates! Guerra á Nação portugueza! Fora essa raça de judeus do occidente. (Ass.) O grupo vermelho. A sociedade irredentista. (AHI/ Est.288/Prat.02/Maço11 documento de 18 de dezembro de 1891)

Nesse officio, o Conde de Paço D’Arcos relatou que não era a primeira vez que ele recebia ameaças por escrito de grupos de “anarquistas e perturbadores da ordem”. Contudo, chamou a atenção desse diplomata que algumas das ameaças existentes nessa carta eram as mesmas que ele, Conde de Paço D’Arcos, havia testemunhado em um *meeting* na Capital Federal. Dessa forma, ele solicitava que o Ministro das Relações Exteriores brasileiro levasse em consideração tais ameaças contra “subditos de uma nação amiga e contra funcionários que respeitam como devem as instituições que o Brasil adotou e em nada se envolvem nas questões de política interna, com as quais nada tem”¹.

Alguns dias após o envio desse officio ao Ministro brasileiro, o Conde de Paço D’Arcos enviou um relatório ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que naquele momento era o Conde de Valbom, detalhando os recentes acontecimentos. Esse documento é interessante por explicitar o ponto de vista desse diplomata sobre esse grupo de radicais republicanos:

O Club Tira-Dentes, um verdadeiro club dos Jacobinos da 1^a. república francesa, celebra *meetings* nas praças em que se vitoriam os exaltados e se

¹ O officio original se encontra no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro e contém anexada uma cópia da “carta ameaçadora” que transcrevemos acima. (AHI/ Est.288/Prat.02/Maço11 documento de 18 de dezembro de 1891). O officio ainda pode ser encontrado transcrito em: Silva, 1974: 118.

proferem e aclamam as preposições mais audazes e inconvenientes com respeito à França e a Portugal por causa das honras prestadas ao falecido Sr. D. Pedro de Bragança! O mesmo Club, em sessão de que a acta veiu publicada nos jornais, decreta uma lista de suspeitos e vota-os à morte! E para em tudo se procurar a imitação de 93, o Club forma um batalhão de voluntários da peor espécie que, quais novos marselheses, se preparam com o seu Barbaroux para alguma repetição de um 10 de Agosto!

O receio é geral; não só entre os que são apontados e votados à morte, mas entre todos os homens de ordem e de bom senso. O presidente desse Club, aclamado logo comandante de tal batalhão de voluntários da morte, é um Dr. Sampaio Ferraz, deputado federal que foi chefe de polícia com a primeira ditadura (Bocayuva). Quando chefe da política, mandou para Fernando de Noronha toda a gente de que lhe conveiu desfazer-se sobre pretexto de capoeiragem; mas deixou na cidade os homens de sua confiança, capangas, capoeiras, vadios, de quem compõe agora o seu batalhão de sicários, que por força de consoantes se chamam voluntários, como as formigas se chamavam brancas.

Os tumultos das praças e os ataques à mão armada a cidadãos inermes, só por suspeitos de monarquismo, são obra desses sicários arvorados em defensores da republica e de outros exaltados congregados num chamado batalhão acadêmico; e o mais notável é que o governo Floriano dá as armas (e dos melhores sistemas) a estes bandos que pregam o extermínio! Há o exército e a Guarda Nacional que deve ser o povo armado, e ajunta-se-lhe agora os *voluntários*, isto é os *condottieri*, os que nada teem a perder e tudo a ganhar, a escuma social, a que se dá armamento! (SILVA, 1974: 121-122 – grifos no original). [despacho de 23.12.1891]

Os teores da carta ameaçadora e desse relatório nos fornecem um panorama das questões que estavam em discussão naquele momento histórico de consolidação da República. Entre os elementos que se destacam na carta estão: a acentuada crítica aos portugueses por terem enriquecido através da exploração dos brasileiros; a identificação dos portugueses com o perigo da restauração monárquica; a “generosidade” brasileira em relação aos estrangeiros; e o radicalismo das propostas de “um grupo de patriotas”. No relatório diplomático é possível salientar: a preocupação desse funcionário com a ordem pública; a criação de clubes e batalhões jacobinos, e o apoio do governo Floriano a esses grupos.

A partir das temáticas expressas nesses dois documentos, é possível problematizar o projeto de organização político-social proposto por esse grupo de radicais. Na carta se encontram as principais bandeiras políticas desse grupo, enquanto no relatório estão os argumentos que expõem o ponto de vista contrário. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo iniciar uma discussão historiográfica

sobre o jacobinismo e o seu projeto de construção de uma identidade nacional baseada no antilusitanismo no início da República brasileira.

Jacobinos e jacobinismo²

[...] para os historiadores, o Jacobinismo se resume essencialmente à década de 1789-1799. Os jacobinos são os ardorosos representantes do terceiro Estado que, relacionados com a Assembléia Nacional, se reuniram primeiramente sob o nome de *club breton* e, depois, de *Société des amis de la Constitution*: a partir de outubro-novembro de 1789, congregavam-se no convento dos dominicanos (ou *jacobins*) da *rue Saint-Honoré*, sendo apelidados pelos adversários de 'jacobinos'. O Jacobinismo tem de comum com o marxismo o fato curioso de haver recebido o seu nome dos adversários (BONGIOVANNI, 1998: 654).

De acordo com Bongiovanni, os jacobinos franceses teriam recebido esse nome dos seus adversários. O mesmo não se pode afirmar com toda a certeza para os homólogos brasileiros do início da República. De acordo com June Hahner (1976: 125), os próprios jacobinos se autodenominaram dessa forma. Entretanto, para Suely Robles Reis de Queiroz (1986: 238-239), esses "radicais da república" se utilizavam desse "título" sempre que fosse conveniente, da mesma forma que o evitavam quando fosse necessário.

Lincoln de Abreu Penna (1997: 116) propõe uma nova conceituação desse movimento. Para ele existiriam pelo menos três problemas na autoimagem desses radicais que desautorizariam o emprego do termo "jacobinos" para os caracterizar. Entre esses problemas destaca: as diferenças na composição socioeconômica no jacobinismo clássico; o grau de radicalidade das propostas desse jacobinismo, e a maneira pela qual concebiam o poder. Portanto, para Penna seria mais coerente falar em *florianismo de rua* e *florianismo de governo*.

O *florianismo de rua* equivaleria a manifestações espontâneas de grupos políticos que estavam à margem do jogo político convencional³.

² Optamos por trabalhar o jacobinismo brasileiro. Dessa forma, apenas indicamos duas referências para o estudo do jacobinismo francês: VOVELLE, 2000; ROSANVALLON, 2007.

³ José Murilo de Carvalho (2009), em seus estudos sobre a cidadania na República, mostrou como a exigência de alfabetização no sufrágio eleitoral acabou restringindo ainda mais o número de cidadãos aptos para votar. Dessa forma, a população excluída da participação política formal se utilizou de estratégias informais, tais como as manifestações nas ruas. Esse tipo de atuação desmistifica aquela impressão que afirma que não houve participação política da população nem na Proclamação da República, nem nos anos seguintes, pois eram todos "bestializados".

Seria a mais pura adesão a uma liderança política convencional ignorando as instituições e mantendo com o Marechal uma relação de absoluta fidelidade. Essa adesão se daria pela compreensão de que a partir da manutenção do poder e do exercício presidencial, garantir-se-iam ao presidente as condições necessárias de proporcionar o bem público e a integração dos cidadãos à sociedade.

O *florianismo de governo*, por sua vez, seria a maneira pela qual os apoiadores do Marechal Floriano encontraram para tirar proveitos políticos. Os principais proveitos viriam da composição dos quadros da administração pública, controlando a máquina estatal (PENNA, 1997: 151). A categoria *florianismo de governo* seria, portanto, a mesma coisa que *estadania* para José Murilo de Carvalho⁴.

O mérito da conceituação proposta por Lincoln de Abreu Penna é identificar o radicalismo no âmbito do governo e nas manifestações de rua. Entretanto, parece-nos pertinente explorar a explicação que Amanda Muzzi Gomes deu para essa questão da problemática conceitual que envolve o jacobinismo brasileiro. A sua análise esclarece-nos que

a pragmática de um conceito, ao sinalizar para um sentido articulado ao seu emprego, não exclui a mobilização de significados anteriores a este conteúdo conceitual partilhado pelos agentes históricos que o expressam neste momento histórico específico. Deste modo, a alteração empírica do uso de um termo, ao modificar o seu valor conceitual, não elimina completamente as acepções anteriores e tampouco impõe de maneira abrupta o seu novo conteúdo formulado em uma situação histórica singular, desde que os agentes históricos que mobilizam o termo assim se apropriem dos significados de acordo com as “motivações” e as “intenções” subjacentes às suas elaborações discursivas (GOMES, 2008: 11).

A mesma autora ainda salienta que esse termo já era usado nos últimos anos da monarquia para designar os republicanos radicais que utilizavam as praças e teatros para divulgar as suas idéias (id.: 3). Superada a questão se foi o jacobinismo uma apropriação consciente dos atores sociais ou a maneira com que os seus opositores lhes designaram, fica claro que, independentemente da resposta dessa questão, o termo foi utilizado correntemente entre os contemporâneos, como atesta o relatório do Conde de Paço D’Arcos. Dessa forma, já

⁴ “A reação, pragmática, antes que ideológica, a esta situação por parte dos que se viam excluídos do sistema foi o que chamamos de *estadania*, ou seja, a participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela” (CARVALHO, 2009: 65).

podemos nos dedicar a outra pergunta incômoda à historiografia: quando teria surgido esse movimento?

June Hahner (1976: 128) elaborou uma explicação pertinente enfatizando aspectos econômicos e sociais para o surgimento do jacobinismo. Entretanto, a primeira lição que ela aponta é diferenciar o jacobinismo do antilusitanismo. Embora a ojeriza aos portugueses seja uma das bandeiras políticas que identifica os jacobinos, o antilusitanismo, ou a lusofobia (sinônimo), é anterior ao jacobinismo e pode ser encontrado já no século XVIII na Guerra dos Mascates, como bem nos lembra a “carta ameaçadora” acima transcrita.

Os estudos de Gladys Sabina Ribeiro (1989, 1990, 1992, 1994, 2002) apontam no mesmo sentido. O antilusitanismo já se encontrava nas ruas do Rio de Janeiro durante o Primeiro Reinado nos conflitos entre “pés-de-chumbo” (gente “branca”, geralmente os portugueses) e “cabras” (insulto sempre referido à gente “de cor”, geralmente brasileiros) (RIBEIRO, 1992)⁵.

O mérito da análise de June Hahner está em identificar o contexto de crise econômica como fundamental para entender o surgimento do jacobinismo. De acordo com ela, o cenário dos anos 1890 contrastava com a década anterior. A abolição da escravidão e as consecutivas secas na agricultura fizeram subir os preços dos alimentos, aumentando o custo de vida da população. O governo republicano tentou ampliar os créditos para a agricultura, ao mesmo tempo em que aumentou a quantidade de papel moeda circulante na economia através das reformas de Rui Barbosa, medidas que geraram uma inflação galopante e desvalorização monetária.

Dessa forma, junto com a República veio a carestia do custo de vida em todos os níveis, desde a comida ao preço dos aluguéis (RIBEIRO, 1994: 637)⁶. Alguns culpavam os “especuladores” pela crise, outros apontavam a culpa para o governo. A população, em geral, preferia acusar os mercadores estrangeiros, sobretudo os portugueses, que repassavam para o valor dos produtos a inflação dos preços (HARNER, 1976: 129-130). Foi nesse cenário que da “tradicional lusofobia”, agravada pela severa inflação, emergiu o jacobinismo (id.: 131).

⁵ Para um estudo mais aprofundado do antilusitanismo no Primeiro Reinado ver: (RIBEIRO, 2002).

⁶ José Murilo de Carvalho nos lembra que aumento do custo de vida era agravado pela imigração que ampliava a oferta de mão-de-obra e tornava as disputas pelos empregos mais acirradas. Ver: CARVALHO, 2009. p. 21.

Outro autor que procurou abordar o jacobinismo foi Edgard Carone (1983: 154-155). Entretanto, estabelecer balizas cronológicas precisas não foi um dos seus objetivos. As referências feitas ao jacobinismo atestam a confusão conceitual desse autor. Para ele, jacobinismo é o mesmo que florianismo, ou até mesmo castilhismo, sendo todos esses termos utilizados como sinônimos. O autor também fala em “jacobinismo deodorista”. Dessa forma, compreende-se a crítica que Suely Robles Reis de Queiroz fez ao seu trabalho (QUEIROZ, 1986: 190-193).

Para Queiroz (1986), a baliza cronológica do jacobinismo é clara. Inicia precisamente quando a Revolta da Armada começou no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1893. Todas as interpretações que discordem dessa estariam cometendo o erro de não diferenciar a ação do pensamento jacobino. De acordo com ela, alguns elementos do discurso jacobino são anteriores à Revolta da Armada, como a lusofobia, o republicanismo e o antimonarquismo. Entretanto, não seriam suficientes para caracterizar o jacobinismo. O interessante é que esses três elementos do discurso jacobino estão claramente articulados na “carta ameaçadora” acima transcrita. Por que não considerá-la uma expressão do jacobinismo?

A visão de Lincoln de Abreu Penna é um pouco mais flexível em relação às balizas cronológicas. Segundo esse autor, foi durante a Revolta da Armada que aconteceu a fusão entre o *florianismo de rua* e o *florianismo de governo*. Essa fusão se deu a partir da criação dos “Batalhões Patrióticos” para defender a Capital e o governo Floriano da ameaça advinda dos navios revoltados na Baía de Guanabara. Esses batalhões surgiam “voluntariamente”, porém recebiam apoio formal e material do governo, dessa forma se unia o *florianismo de rua* e o *florianismo de governo* (PENNA, 1997: 165-166). Entretanto, o autor avalia que alguns batalhões já existiam de forma “embrionária” antes do início da revolta, como atesta o relatório do Conde de Paço D’Arcos sobre a criação do Batalhão Tiradentes e Batalhão Acadêmico.

Amanda Muzzi Gomes parece concordar com Lincoln de Abreu Penna em relação à existência de batalhões patrióticos antes do início da revolta. Da mesma forma que Penna, ela aponta que após o início da revolta é que foram organizados outros batalhões, tais como “Frei Caneca”, “Benjamin Constant”, “Silva Telles”, “Vinte e Três de Novembro”, “Lauro Müller”, “Operário”, “Voluntários Paulistas”, “Acadêmicos de S. Paulo” e “Defensores da República” (MUZZI, 2006: 16).

Parece-nos pertinente, portanto, considerar o jacobinismo como anterior ao início da Revolta da Armada, nem que seja de uma forma “embrionária”, como atestam a “carta ameaçadora” e o relatório do

Conde de Paço D'Arcos. Podemos agora partir para uma última pergunta antes de caracterizar o projeto jacobino de construção de uma identidade nacional. Quem eram os jacobinos? Quais os grupos que formaram ou faziam parte desse movimento?

June Hahner (1976: 131) apontou alguns grupos profissionais, entre eles: pequenos comerciantes, funcionários do governo, pequenos proprietários, professores, bibliotecários, militares, estudantes e alguns profissionais como médicos, farmacêuticos e engenheiros.

Outro “brasilianista” que procurou definir quais eram os grupos que compunham as fileiras jacobinas foi Steven Topik (1978). Contudo, as categorias profissionais que ele citou, além de não se diferirem daquelas explicitadas por June Hahner, foram condensadas na categoria social “classe média”, como apontou Suely Robles Reis de Queiroz (1986: 194-195).

A proposta defendida por Suely Robles Reis de Queiroz é que a expressão e conceituação “camadas médias urbanas” é a mais pertinente para análise dos jacobinos. Em sua opinião, os jacobinos “constituíam um grupo essencialmente urbano, com posição equivalente na estrutura ocupacional, oposto à identificação com o proletário, e que, mesmo entre si, era heterogêneo social, cultural e ideologicamente” (id.: 207-208).

Essa visão das “camadas médias urbanas” foi contestada por Gladys Sabina Ribeiro (1989). Para essa autora, a tese de Queiroz acaba identificando os interesses da burguesia, dos setores médios da população e dos militares como sendo os mesmos. De acordo com essa tese, todos esses segmentos sociais estariam interessados na emancipação econômica do Brasil, e como Floriano Peixoto defendia o desenvolvimento industrial, esses segmentos apoiaram o governo. Essa explicação seria rasa do ponto de vista das diferenças de interesses existentes dentro dessas classes sociais. Segundo Ribeiro, “se por um lado não podemos dizer que o setor agrário e industrial das classes dominantes são convergentes em todos os seus interesses, por outro lado não podemos tampouco dizer que são divergentes e dissociados” (RIBEIRO, 1989: 280).

Se havia diferenças de interesses entre os membros da burguesia, como aponta Ribeiro, o mesmo acontecia dentro das forças armadas, conforme José Murilo de Carvalho (2005). Após a Proclamação, com a progressiva preponderância política do Exército, houve um aumento das divisões internas dos militares. A Marinha se sentindo desprestigiada, e parcelas do Exército disputando o poder, fizeram com que não houvesse uma unidade nem das instituições, muito

menos das Forças Armadas. Isso criou as condições para que as divisões entre os militares fossem exploradas pelos civis.

Em relação à partilha de poder dos militares com os latifundiários paulistas no início da República, outro estudo de June Hahner é pertinente (1975). A autora mostra de que forma o estado de São Paulo somou as condições necessárias para se impor enquanto força política, uma vez que já possuía a força econômica, baseada nas exportações de café. Entre os fatores elencados, a criação de uma polícia estadual forte e bem equipada foi fundamental para rivalizar em números com os efetivos do Exército e defender a sua autonomia estadual. Essas condições possibilitaram que os “paulistas” explorassem as divisões internas no meio militar e sedimentassem sua influência política, garantindo o retorno dos civis ao poder com a eleição de Prudente de Morais.

O estudo de Amanda Muzzi Gomes (2006; 2008) parece ser o primeiro que procurou enfrentar de frente a questão “quem eram os jacobinos”. A autora centrou a análise na abordagem conceitual e performática do jacobinismo. Contudo, não entrou na discussão sobre quem eram os jacobinos, ou quais os grupos que formaram, ou faziam parte desse movimento. A metodologia adotada foi analisar o discurso jacobino a partir da imprensa enquanto linguagem e estratégia de atuação política.

Agora que já discutimos a origem conceitual, quando teria iniciado o movimento⁷ e quem eram os jacobinos, é possível problematizar a proposta de construção de uma identidade nacional baseada no antilusitanismo.

Identidade nacional “antilusitana”

A Proclamação da República trouxe discussões entre os grupos que derrubaram o Império para decidir o modelo de governo que seria adotado pela República. José Murilo de Carvalho (2002) apontou os três projetos que disputavam entre si: o liberalismo à americana, o positivismo e o jacobino.

A defesa desse modelo liberal (que seria o vencedor da disputa) se dava principalmente pelos proprietários rurais, sobretudo os paulistas (HAHNER, 1975: 127-146). Para esse grupo, a liberdade econômica era

⁷ Optamos por não trabalhar o “fim” do jacobinismo por haver certo consenso historiográfico de que, após o atentado contra o presidente Prudente de Moraes, em 1897, não houve mais espaço para o jacobinismo que foi perseguido. Ver: HAHNER, 1976; QUEIROZ, 1986; GOMES, 2006.

fundamental para manter a sua predominância política. As desigualdades sociais seriam mantidas a partir de uma noção de que os mais “aptos” sobreviveriam a uma “seleção natural”. Outra reivindicação desse grupo estava no federalismo como solução administrativa para a União, assim como o sistema bicameral.

Para os positivistas, a monarquia fazia parte da fase teológico-militar, a qual seria substituída pela república na fase positiva. Em um primeiro momento, a república deveria ser ditatorial para harmonizar à força os conflitos sociais.

Os jacobinos identificavam no Império brasileiro os mesmos males do Antigo Regime francês, e eram partidários da mesma solução radical dos franceses para os problemas brasileiros. Essa concepção radical de república desenvolveu uma concepção de identidade nacional que nos interessa e será desenvolvida no restante desse artigo⁸.

As principais bandeiras políticas defendidas pelos jacobinos já estavam explícitas na “carta ameaçadora” de 1891, transcrita no início deste artigo (imagem do português explorador – antilusitanismo; portugueses monarquistas – antimonarquismo; radicalismo patriótico – republicanismo). Com o passar do tempo, sobretudo após o fim da Revolta da Armada, outras reivindicações foram incorporadas no discurso jacobino⁹.

A imagem do português enquanto explorador está vinculada a uma concepção sobre as relações pessoais no mundo do trabalho que extrapola a ideologia do jacobinismo. O estudo de Gladys Sabina Ribeiro salientou que no início da República havia a necessidade de disciplinar os trabalhadores a partir do assalariamento e da incorporação à ideologia do trabalho. Nesse sentido, os portugueses eram vistos como “bons trabalhadores”, pois eram europeus e aceitavam salários e

⁸ Salientamos aqui a existência de três projetos sobre a forma de governo a ser adotada (liberal, positivista e jacobina), porém, em termos de projetos de identidade nacional, se destacam outros dois que são próximos entre si. O primeiro foi o projeto governamental da Grande Naturalização que objetivava a ampliação da cidadania para os estrangeiros aqui residentes. Nota-se que os jacobinos foram contrários a esse projeto de naturalização de estrangeiros. O segundo projeto foi a proposta de alguns intelectuais em afirmar a “originalidade” da identidade brasileira a partir da mistura das raças branca, negra e indígena. Nesse sentido, a “mestiçagem” seria o traço característico que distinguiria os brasileiros. Sobre a Grande Naturalização, ver: CERVO; MAGALHÃES, 2000: 204-213. Sobre as disputas entre intelectuais pela “originalidade” da identidade brasileira, ver: PAREDES, 2006.

⁹ Essas reivindicações são divididas por Amanda Muzzi Gomes (2008b) em dois momentos distintos. O primeiro, logo após o fim da Revolta da Armada, foi a defesa de seus interesses corporativos para manter os batalhões patrióticos e os cargos administrativos. O segundo momento foi o combate ao monarquismo que se reorganizava e representava um perigo de retorno à antiga ordem.

jornadas de trabalho abusivas. Porém, a partir do momento em que se configurava um quadro de exploração das relações de trabalho por padrões portugueses, automaticamente eles eram perseguidos e o antilusitanismo aflorava em xingamentos como o de “galegos” (RIBEIRO, 1990)¹⁰.

O alcance da inserção social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil foi bem detalhado no estudo de Herbert S. Klein (1993). A partir desse estudo é possível dimensionar a preponderância que os portugueses tiveram tanto na indústria quanto no comércio brasileiro¹¹. Dado esse quadro de inserção e até de enriquecimento dos portugueses, o radicalismo jacobino corporificou o antilusitanismo como um dos seus pilares políticos.

Dessa forma, no projeto de identidade nacional proposto pelos jacobinos era preciso ser contrário a tudo aquilo que lembrasse a “antiga ordem”, ou seja, ser contra os portugueses e a monarquia¹². Gladys Sabina Ribeiro definiu essa proposta enquanto “nacionalismo pelo avesso” (RIBEIRO, 1989: 261). Porém, a própria autora lembra que essa concepção se modificava em relação à ideologia do trabalho. Ou seja, por mais que fossem vistos como tudo aquilo que a República veio justamente substituir, “o português era o estereótipo do bom trabalhador, que levaria à boa nação, porém não era sinônimo de boa nação” (id.: 265).

Os meios de denegrir a imagem do português que “roubava” os empregos dos brasileiros ou “trapaceava” nas relações comerciais se davam, sobretudo, através da imprensa. Robertha Pedrosa Triches (2007; 2009) mostrou como as charges eram utilizadas no Rio de Janeiro para salientar a “identidade contrastiva” em relação aos portugueses, popularizando o antilusitanismo como um dos pilares de identidade nacional no início da República.

Gladys Sabina Ribeiro (1989: 278) apontou que existia um “nacionalismo das ruas”, e que este era identificado na maioria das vezes com o antilusitanismo. Essa era a maneira de resistência e participação na política que a população encontrava. Porém, parece-nos interessante a distinção que Penna faz entre a “grande política” – *florianismo de governo* – e a “pequena política” – *florianismo de rua* –

¹⁰ “Galegos” eram os habitantes da Galícia, região secularmente inimiga dos portugueses. A palavra “galego” era usada a quem se submetia, em Portugal, a uma jornada de trabalho abusiva. Ver também: CHALHOUR; ESTEVES; RIBEIRO, 1984-1985.

¹¹ Para um estudo que mostra como a instabilidade da República brasileira afetou as relações comerciais com Portugal, ver: GONÇALVES, 1995: 3-46.

¹² Sobre as perseguições que os monarquistas sofreram durante a República, ver: JANOTTI, 1986; GOMES, 2008.

para ressignificar esse “nacionalismo de rua” que se identifica com o antilusitanismo, uma vez que a perseguição aos portugueses nunca foi uma política de estado (PENNA, 1997: 176).

Os jacobinos, portanto, tinham o antilusitanismo como pilar básico de construção de uma identidade nacional brasileira. A “carta ameaçadora” atesta essa necessidade de declarar “guerra à nação portuguesa”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que identificam o “inimigo externo”, automaticamente o jacobinismo reserva para si a identificação patriótica. Ou seja, todo jacobino se considerava um patriota, um defensor das instituições republicanas.

Contudo, a partir do momento em que o jacobinismo se utiliza de expedientes radicais, tanto nas idéias quanto nas estratégias de ação, progressivamente outra acepção conceitual vai se formando para caracterizá-los. Amanda Muzzi Gomes (2006: 23) salientou que expressões como “arruaceiros”, “exaltados”, “desordeiros”, “fanáticos”, “espíritos perniciosos” foram utilizadas para se referir aos jacobinos de maneira depreciativa. O Conde de Paço D’Arcos, em seu relatório, usou alguns desses termos para caracterizar os jacobinos e ainda outros, como “sicários arvorados de defensores da república” e “escuma social”, nada de anormal para um representante da monarquia portuguesa que era adversário e alvo constante dos jacobinos.

Dessa forma, os dois sentidos que foram utilizados para caracterizar os jacobinos são o de “patriotas” e “desordeiros”. Contudo, o que nos interessa para definir o projeto de identidade nacional proposto pelos jacobinos é identificar quais eram os elementos desse “nacionalismo”.

Mais uma vez o estudo de Amanda Muzzi Gomes é elucidativo ao explicitar as distinções existentes dentro do jacobinismo. Ao analisar os jornais pelos quais os jacobinos expressavam as suas idéias políticas, a autora verificou uma diferença entre o grupo de Deoclesiano Martyr, redator do jornal *O Jacobino*, e Aníbal Mascarenhas, redator do jornal *A Bomba*, que depois trocou de nome para *O Nacional*.

De acordo com Gomes (2006: 36), o periódico de Deoclesiano Martyr é um claro defensor de um “nacionalismo com sentido étnico”. Para esse grupo, a xenofobia em geral, e o antilusitanismo em particular, era “um emblema”. A autora comentou que o grupo jacobino ao redor de Aníbal Mascarenhas não compartilhava desse discurso nacionalista étnico, sendo inclusive essa uma das razões da discórdia entre os dois grupos. Contudo, a partir de 1895 essas distinções se dissolveram e Aníbal Mascarenhas passou a defender o nacionalismo étnico que criticava.

Amanda Muzzi Gomes (Idem. 37) salientou, também, que ambos os grupos defendiam, ao mesmo tempo, um “nacionalismo exclusivista com sentido cívico”. A defesa intransigente da República, do Marechal Floriano, das instituições republicanas, e a repulsa ao monarquismo, eram características essenciais na identificação dos jacobinos.

Entretanto, a partir do momento em que o projeto de identidade nacional jacobino possui algum tipo de restrição à cidadania ligada ao sentimento antilusitano, cria-se uma impossibilidade de interpretar esse nacionalismo enquanto cívico. O que torna interessante a ambigüidade dos discursos, até porque entre os contemporâneos não havia distinção entre “nacionalismo étnico” e “nacionalismo cívico”, apenas nacionalismo. Essa ambigüidade, como bem nos lembra Rogers Brubaker (1999), perpassa até mesmo a definição conceitual do que é um “nacionalismo étnico” e um “nacionalismo cívico”¹³.

Em termos de conclusão, os jacobinos consideravam os portugueses como os principais inimigos, pois estes eram associados à antiga ordem monárquica e eram considerados “exploradores sem entranhas”, como afirma a carta ameaçadora. Dessa forma, o antilusitanismo era uma bandeira essencial no projeto jacobino de construção de uma identidade nacional na República Velha.

¹³ Nesse artigo Rogers Brubaker propõe uma nova conceituação para dar conta das especificidades entre nacionalismo cívico e étnico. Para o autor, os conceitos *state-framed* e *counter-state* acabariam com as ambigüidades conceituais. Entretanto, não nos parece possível aplicar essa tipologia ao caso do jacobinismo brasileiro, uma vez que esse é um movimento distinto das políticas de estado.

FONTES:

AHI/ Est.288/Prat.02/Maço11

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONGIOVANNI, Bruno. Jacobinismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998. p. 653-655.

BRUBAKER, Rogers. The Manichean Myth: Rethinking the Distinction Between “Civic” and “Ethnic” Nationalism. In: KRIESI, Hanspeter et al. (Orgs.). *Nation and National Identity: the European Experience in Perspective*. Chur; Zürich: Rüegger, 1999. p. 55-71.

CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 13-61.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2000.

CHALHOUB, Sidney; ESTEVES, Martha de Abreu; RIBEIRO, Gladys Sabina. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 55, n. 8-9, p. 85-116, set. 1984/abr. 1985.

GOMES, Amanda Muzzi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. *Revista Cantareira*, v. 12 (UFF online), p. 1-19, 2008.

_____. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 284-302, jul.-dez. 2008b.

_____. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil 1893-1897*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação [Mestrado em História] – PUC-RJ.

GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Universidade do Porto, 1995.

HAHNER, June E. Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18, n. 2, p. 125-154, May 1976.

_____. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KLEIN, Herbert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, v. XXVIII (121), p. 235-265, 1993.

PAREDES, Marçal de Menezes. A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119, 2006.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés-de-chumbo” e “Garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 141-165, set. 1991-ago.1992.

_____. O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18-19, p. 261-282, jun.-dez. 1989.

_____. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

_____. *Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. “Por que você veio encher o pandulho aqui?": os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. *Análise Social*, v. XXIX, n. 127, p. 631-654, 1994 (3.º).

ROSANVALLON, Pierre. *El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo, de 1789 hasta nuestros días*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

SILVA, Henrique Corrêa da (Org.). *Missão diplomática do Conde de Paço D'Arcos no Brasil – 1891 a 1893*. Lisboa, 1974.

TOPIK, Steven. Middle-Class Brazilian Nationalism, 1889-1930: from radicalism to reaction. *Social Science Quarterly*, v. 50, n. 1, p. 93-104, June 1978.

TRICHES, Robertha Pedrosa. A sombra das bananeiras d'esta República: as construções da imagem do português pela imprensa carioca. *Litteris*, n. 2, p. 1-16, maio 2009.

_____. Identidades contrastivas: a inserção do português na Primeira República. *História – Imagem e Narrativas*, n. 5, p. 1-23, set. 2007.

VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru: EDUSC, 2000.